

Ainda o regionalismo: um olhar de banda sobre essa “velharia”

Prof. Dr. Cássio Tavaresⁱ (UFG)

Resumo:

Para efeito de estabelecimento da unidade da literatura brasileira, a referência central é instituída pelo Modernismo paulista, hegemônico na formação do cânone nacional, donde a marginalização de boa parte da produção literária plasmada à revelia dele. No centro dessa marginalidade coloca-se o problema do regionalismo. Daí que, na contramão da caracterização do regionalismo enformada pela perspectiva canônica, surgem, com toda justiça, reflexões contestadoras, de diferentes perspectivas e com nuances regionais, mas mantendo em comum o empenho em legitimar autores e obras esquecidos ou rebaixados pela historiografia literária ‘oficial’. Porém, esse mesmo empenho termina muitas vezes aquém do que prometia. No interior desse quadro, o presente trabalho analisa a formulação de um importante estudioso de literatura regional para sugerir um empenho talvez mais produtivo do que apenas propugnar a diferença regional.

Palavras-chave: regionalismo, nacionalidade, modernismo, cultura brasileira, literatura brasileira

Até há bem pouco tempo, a questão do regionalismo não estava entre as minhas preocupações teóricas nem críticas — lia indiferentemente Graciliano Ramos, Lima Barreto, Paulo Leminski, Dalcídio Jurandir, Murilo Rubião ou Machado de Assis, sem pensar que os lia sobre um quadro diferente de referências literárias. Mas, pela inserção que tive em instituição — a Universidade Federal do Paráⁱⁱ — de uma região em que havia, no meio intelectual, o sentimento compartilhado de necessidade de defesa dos valores locais contra a hegemonia de um centro (as metrópoles do sudeste) que tinha na base de sua influência o pressuposto da universalidade de sua própria perspectiva, fui levado a uma posição de desconforto em relação a essa minha indiferença anterior. Posteriormente, passei a atuar na Universidade Federal de Goiás, onde observei um zelo semelhante, ainda que mais discreto. O desconforto da óbvia não identidade com meus pares provocado por minha indiferença inicial pelas diferenças de origem, regional ou não, das obras literárias de que me ocupava produziu em mim uma inquietação intelectual a que só podia responder tomando o problema como objeto de estudo. Nesta comunicação apresentarei os primeiros resultados de um estudo iniciado a partir daí, cujo objeto é a relação da crítica ‘regional’ com o regionalismoⁱⁱⁱ.

À medida que avançava na empreitada, entretanto, enquanto ia tomando maior consciência da legitimidade de algumas demandas regionais e me inteirando de suas consequências teóricas e críticas, minha situação de desconforto não diminuía — antes, ao contrário, aumentava. Essa circunstância, avalio eu, se relaciona a um descompasso, que eu percebia com cada vez mais clareza, entre as observações pertinentes das quais as formulações críticas contra-hegemônicas partiam e os juízos duvidosos a que com frequência chegavam. Categorias como “amazônico” (referindo-se a obras literárias) e “amazônida” (referindo-se a autores) não me convenciam quanto à unidade e generalidade que pareciam pressupor — ao ponto de ocasionalmente incluírem em seu escopo um autor estrangeiro, como Ferreira de Castro, somente por ter passado a adolescência na selva amazônica e por ter publicado (dez anos mais tarde) um romance baseado nessa experiência (inclusão que não examinava a forma específica desse romance e nem levava em conta sua inserção numa obra vasta que no restante não se ocupa de temas amazônicos).

Essa comunicação corresponde, enfim, a um início de acerto de contas com alguns descompassos dessa ordem, que tenho observado, com o objetivo de formalizar como reflexão

acadêmica aquilo que inicialmente era só o desconforto provocado por um sentimento de deslocamento resultante do fato de que, em desacordo com o típico no ambiente intelectual em que me encontrava, meus processos de leitura literária não incluíam nenhum mecanismo de consideração das eventuais especificidades regionais. Na origem desse sentimento pude localizar uma polarização conceitual modeladora dos juízos críticos circulantes naquele contexto: a categoria Regionalismo somente se define por oposição à de ‘Literatura Brasileira’ enquanto pretensa totalidade; a afirmação dele se processa na base da tensão entre ‘centro’ e ‘periferia’, em relação à qual se esperava uma tomada de posição clara. O caminho que vou seguir consiste no exame dessa polaridade categorial. Percebe-se, pois, que meu assunto principal aqui não será o regionalismo em si mesmo, mas o falar sobre o regionalismo no contexto dessa polarização. Meu objeto é, pois, a crítica e a teoria literárias. Mais particularmente, me concentrarei, nesta ocasião, nos argumentos de um dos atuais defensores, se não do regionalismo, ao menos da regionalidade, partindo do pressuposto de que nem vale a pena argumentar que é inaceitável a associação ingênua de moderno/cosmopolita/dinâmico/atual aos produtos culturais do ‘centro’, em contraste com o regional, este associado aos termos opostos — atrasado/provinciano/estagnado/anacrônico. Parto, pois, do pressuposto de que há uma dimensão real de imposição cultural na ideia prevalente de Literatura Brasileira, que justifica e legitima a posição de resistência cultural assumida pelos intelectuais ‘regionais’ que contra ela se batem e, a partir daí, faço uma leitura mais detida de um caso particular.

Antes porém, algumas considerações gerais. Após a leitura de vários trabalhos em cujo escopo se inseria a questão da literatura regional *versus* nacional, pude observar que o debate tem em seu horizonte a oposição unidade–fragmentariedade da cultura brasileira — de um lado a tese de Bastide, o Brasil como arquipélago de unidades culturais dessemelhantes originariamente isoladas, de outro a tese de uma unidade nacional de fundo, desde Sérgio Buarque a Darcy Ribeiro. As posições acerca do regionalismo tendem a se organizar entre esses dois polos, procurando legitimar-se ou no entendimento de que o isolamento geográfico produziu uma diversidade essencial, à qual, por motivações inclusive políticas, uma unidade se sobrepôs artificialmente, ou no de que, a partir de uma unidade essencial dada por nossas matrizes étnicas e culturais e pelo ordenamento social imposto pela colonização, o isolamento geográfico produziu diferenciações regionais sem que, entretanto, se perdessem os traços fundamentais da cultura e da identidade que garantiriam a unidade da cultura nacional

1. a unidade cultural de uma região é, concretamente, uma *aparência* (assim como o é, no mesmo sentido e na mesma medida, a unidade da cultura nacional);
2. essa aparência não é *mera* aparência, mas sim um nível da própria realidade da instituição literária, a modelar efetivamente os juízos críticos acerca dos produtos culturais regionais (e nacionais);
3. as determinações essenciais dessa aparência correspondem a variações regionais (e especificidades nacionais) na estrutura geral da sociedade de classes, que é o substrato comum a toda a literatura em nosso tempo;
4. os dois gumes da literatura (CANDIDO, 1969) se expressam em âmbito regional e nacional indiferentemente, de modo que a simples defesa da literatura regional implica também a defesa da hegemonia das elites regionais na literatura regional^{iv}.

Dessas teses pode-se derivar uma diretriz segundo a qual devemos nos afastar da polaridade nacional–regional para compreender na relação a essência a que essas aparências correspondem: sair da polêmica para ser capaz de interpretá-la. É o que procuro fazer a partir daqui, num estudo de caso, pois o tempo de que disponho não permite mais que isso. Deixo, pois, de lado, as reflexões mais simplificadoras, que aceitam a concepção geral do cânone nacional apenas revendo a posição de certas obras regionalmente valorizadas, para tomar como objeto o artigo “Conversa urgente

sobre uma velharia : uns palpites sobre a vigência do regionalismo”, de Luís Augusto Fischer (2007).

Nele, o autor se bate contra o que ele chama de “uma visão unitarista”, imposta por nossa história, “que não acolheu a diferença regional como válida, e pelo contrário manteve-a à margem como indesejável” (2007:129). Para Fischer, essa visão unitarista, sendo hegemônica, carrega o termo ‘regionalismo’ de um juízo de valor negativo:

desde o Segundo Reinado [...] até agora, sem exceção, a cada alteração importante da moda em matéria de composição literária aparecem romances, poemas, dramas, contos tanto versando sobre a cidade grande e/ou sobre o Centro (o Rio, depois São Paulo), quanto versando sobre a província, a cidade pequena e/ou sobre o mundo rural; no entanto, nos manuais de história da literatura aparecerão quase que apenas os que operam no primeiro termo, a cidade grande, o Centro, ficando o restante relegado à condição de — aqui está o termo, de novo, agora em sua versão completa — regionalismo, quer dizer, coisa vista liminarmente como menor, de alcance acanhado, sem a totalidade que, na visão do Centro, está apenas na grande cidade ou no Centro mesmo, tudo isso pensado a partir da noção de que a totalidade é que confere estatuto superior à obra de arte. (2007, p. 133)

Quero salientar que, para o autor, o que é fixado como “totalidade” é resultado daquela “visão unitarista” enviesada a que estamos sujeitos; e que, ainda para ele, o termo “regionalismo” só fica expresso “em sua versão completa” quando explicitamos o juízo depreciativo que normalmente a ele se associa.

Fischer dialoga com o “arquipélago cultural” e com a oposição MODERNISMO × REGIONALISMO de Roger Bastide. E assume uma posição empenhada na valorização da produção literária regional em relação à modernista metropolitana. Mas para Fischer há um elemento opressivo na circunstância que torna necessário esse empenho:

Não está escrito assim mas é assim, me parece: a validação das obras, o carimbo de legitimidade que elas podem receber, pelo menos desde o Modernismo brasileiro, está ligado à ideia de que (a) a cidade é a totalidade, a cidade grande em particular; (b) a ponta do processo de modernização é o que importa, em qualquer nível (social, econômico, político), a ponta e não as bordas ou a retaguarda, porque na ponta é que os conflitos se expressariam de modo direto, se tornam visíveis a pleno; (c) arte é igual a novidade, a vanguarda, arte verdadeira implica conquista de novo território temático, de novo procedimento formal, e toda arte que apresentar qualquer aspecto de permanência rebaixa imediatamente essa arte.

A soma desses pressupostos, que, repito, não estão escritos assim mas são assim praticados, resulta na equação que perpetua a visão que temos hoje: cidade grande + modernização + vanguarda = arte verdadeira; sem qualquer um desses itens, temos arte velha, irrelevante, desprezível, merecedora no máximo de uma nota de pé de página. A soma desses pressupostos resulta na entronização de certo tipo de literatura não como um estilo, uma variedade, mas como a melhor literatura e, nos casos mais extremos, a única literatura (a única arte, nos casos delirantes) válida. O prezado leitor percebeu aqui o mecanismo básico na perpetuação da nefasta categoria “regionalismo”? (2007:134)

‘Regionalismo’ é categoria nefasta porque se conjuga com ‘modernismo’ para constituir uma oposição binária a que corresponde na prática uma dualidade de valor estético negativo-positivo. O mais grave, para o autor, é que está em jogo nisso tudo mais do que apenas o valor estético: o polo positivo da dualidade reverbera uma “fantasia desenvolvimentista” (2007:139) que há tempos vem materialmente produzindo vítimas entre nós; estas constituem o “lado perdedor”, a que se associam “as experiências e as matérias que em qualquer processo de modernização vão ficando para trás, que vão sendo largadas pelo caminho” (2007:137). A oposição real, oculta por trás da dualidade, é,

pois, iníqua: uma oposição entre ganhadores e perdedores do processo econômico.

Pois bem: do lado vencedor, que é o lado da cidade moderna, do capital, da concentração de poder, do Estado, da tecnologia, está a arte eufórica, tantas vezes expressa como vanguarda, por sinal; do lado perdedor, do lado que requer o luto, está a arte disfórica, a arte melancólica, tantas vezes expressa como, desculpe insistir tanto assim, “regionalismo”. (2007:138)

O que fazer diante disso? Como defender a especificidade regional se ela passou a ser vista como índice de um regionalismo que não é senão a outra face de uma “espécie de paulistocentrismo”, de uma “tremenda urbanolatria” que lhe constitui o modelo negativo? A resposta é: riscando do mapa de um só golpe ambas as categorias iníquas — ‘*modernismo*’ e ‘*regionalismo*’. É a conclusão de Fischer:

Ah, sim, ia faltando eu dizer o nome da idealidade, da fantasia idealista mais problemática que atua no discurso crítico, pedagógico, historiográfico, sobre a literatura e a cultura brasileiras, há já algum tempo: o nome dessa idealidade que merece ser varrida para a lata de lixo do pensamento crítico, em companhia da outra idealidade (negativa) que é “regionalismo”, é...

É “Modernismo”. Esse é o inimigo a combater, para que a consciência crítica de nosso tempo [...] venha a formular uma interpretação mais inteligente e mais libertária, capaz de incluir as produções todas em seu horizonte[...]. (2007:138)

Note-se que ‘modernismo’ fica entre aspas, indicando que não se quer combater o movimento em si mesmo, ou proscrever as obras que ele produziu — trata-se, antes, de eliminar a ‘idealidade’ que ele alimenta enquanto conceito. Como explica o autor na sequência, “nada contra os paulistas, os paulistanos, os cariocas, os gaúchos, os baianos, ou quem quer que seja”: pôr as regiões umas contra as outras seria “comprar briga inútil”. Ao invés disso:

O que precisamos é perguntar seriamente pelas formas de pensar o Brasil, de pensar a cultura que temos produzido [...]; devemos perguntar pelas categorias com que temos pensado, para enxergar-lhes o condicionamento histórico, para desvendar-lhes os compromissos ideológicos e, mais ainda, os contornos epistemológicos. (2007:139)

Aqui o passo adiante em relação a outras formulações, menos sofisticadas, é evidente: pouco resolve um empenho em valorizar a ‘diferença’ que marca uma cultura periférica sem examinar, como parte do mesmo esforço, as categorias mediante as quais essa diferença é descrita e, no fim das contas, reconhecida — sobretudo se essas categorias são dadas exatamente pela perspectiva do centro. Daí a importância de se refletir sobre as “formas de pensar”.

Mas, em todo caso, um problema persiste. Na formulação de Fischer, a tarefa posta para “a consciência crítica de nosso tempo” é “formular uma interpretação” de nossa história literária que seja “capaz de incluir as produções todas em seu horizonte”. Para ser justo, é preciso, antes de passar à crítica, reconhecer que não seria satisfatória para o autor qualquer interpretação capaz de incluir toda a produção nacional — há outras exigências: ela deve emergir de “uma leitura mais histórica”, “rigorosamente materialista”, que ultrapasse as “idealidades” que nos obscurecem a vista (2007:138). Isso posto, chama a atenção que a missão para a qual o crítico nos convoca arrisca ter como referência uma idealidade unitarista também, que se distingue da outra por ser utopicamente igualitária ao invés de opressivamente centralizadora. É ela que Fischer deixa escapar num primeiro desabafo:

Tivéssemos, os brasileiros, uma visão menos unitarista, menos impositiva, menos centralizada acerca de nosso país, poderíamos viver culturalmente usufruindo com mais gosto e eficácia o arquipélago cultural da língua portuguesa em nosso país. As diferenças poderiam ser vistas como isso mesmo, diferenças, mas tramadas na base de uma mesma língua, um passado comum, um destino compartilhado.

(2007:129)

Ora, nesse “arquipélago cultural” pacificado para a fruição cultural, os ganhadores e perdedores não continuariam objetivamente perdedores e ganhadores? Seria legítimo tratar as diferenças culturais em pauta como simples diferenças, dado que se correlacionam com uma dimensão material em que se segregam e distribuem seletivamente os benefícios e o ônus do progresso? O problema é tão evidente que o próprio autor admite, na sequência, que “essa é uma reflexão idealista, no mau sentido da palavra”; e emenda: “Pois então vamos a uma dimensão materialista da coisa” (2007:129), e prossegue o raciocínio cujos passos essenciais já delineei.

Pois bem, a análise da dimensão material, por Fischer, o leva a condenar a base conceitual da historiografia literária hegemônica — e até aí estou com ele. Mas com vistas a quê? A substituí-la por alguma outra, que ainda não se encontrou, capaz de fazer com que as diferenças entre os produtos culturais provenientes dos centros metropolitanos e os originários da periferia regional sejam simples diferenças — ou seja, de fazer com que a diferença não tenha nenhum sentido a não ser a própria diferença em si mesma^v. Ora, e de novo ora! A diferença em questão não é no fim das contas e segundo o próprio autor, material, objetiva? Não está ela fundada numa expropriação histórica? Diante disso, poderia o “perdedor”, a não ser como alienação, “usufruir” os produtos culturais do expropriador sem ao mesmo tempo os pôr em xeque?

De fato, a simples ideia de um arquipélago cultural pacificado para a fruição cultural comum, visto dentro do próprio quadro conceitual proposto por Fischer, parece agir no sentido de escamotear o fundamento material da cisão categorial. As tensões no plano cultural e intelectual (inclusive na crítica e na historiografia literárias) são correlatas a tensões no plano social, decorrentes de, por assim dizer, falhas estruturais no processo de autorreprodução da sociedade de classes. Se a visada materialista anima realmente a reflexão crítica, a tarefa urgente seria, antes, explicitar o lastro material das diferenças culturais, as amarras ideológicas dos discursos críticos e historiográficos sobre elas e, sobretudo, os nexos que o processo todo tem com o avanço do capitalismo, que no fim das contas, é o que estabelece, dinamicamente ao longo da história, os limites entre o que é ‘centro’ e o que é ‘periferia’.

Diante desse quadro, parece-me que não é possível estudar uma literatura ‘periférica’ sem ter como pano de fundo o complexo de relações entre centro e periferia, que são primariamente da esfera da economia política. Isso valerá tanto para a literatura brasileira como um todo, quanto, dentro dela, para qualquer subconjunto no qual haja alguma presunção de unidade. Mas ao mesmo tempo é preciso não tomar esse complexo de relações como norma (seja para acatar e obedecer, seja para negar e reverter) — cabe tomá-lo como problema. Problema social, problema político, problema teórico, problema literário.

Suprimir simplesmente os termos ‘modernismo’ e ‘regionalismo’ é coisa pouco praticável justamente porque as relações materiais que instituíram a hegemonia que lhes dá sustentação não desaparecerá. Um materialista há de saber que essas categorias desaparecerão por si mesmas se e quando as relações sociais que lhes dão sustentação forem superadas; enquanto isso, de nada vale torcer o nariz para elas — melhor será tomá-las como problema, e aprofundar ainda mais a descrição a contrapelo dessas relações. Uma primeira tarefa seria rever a formação da literatura brasileira, procurando referi-la continuamente ao processo histórico de formação do Brasil^{vi}. Nesses processos, interessa ver seus elementos unificadores e também suas fraturas, que estabelecem, entre outras coisas, o complexo de relações que institui a versão tupiniquim da dinâmica centro–periferia; referir ao conjunto os diferentes produtos literários ao longo do processo de formação do Brasil, levando em conta sua condição periférica e suas desigualdades internas, mas sempre buscando referir os achados teóricos e críticos a seus possíveis correlatos, a seus eventuais desdobramentos ou oposições plausíveis em outros momentos históricos, sobretudo o atual. A partir daí, há de se fazer possível a constituição de um quadro conceitual mais adequado ao nosso problema, no qual as diferenças e semelhanças entre a produção literária de regiões diferentes ou de

épocas diferentes não apenas tenham direito à existência, mas que sejam interpretáveis, de modo que se tornem esclarecedoras para as configurações da vida sócio-cultural.

Referências Bibliográficas

- 1] CANDIDO, Antonio [1969]. “Literatura de dois gumes”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*, 2ª ed. São Paulo : Ática, 1989, p. 163–180.
- 2] ———. “Variações sobre temas da *Formação*”. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002, p. 93–119.
- 3] FISCHER, Luís Augusto. “Conversa urgente sobre uma velharia : uns palpites sobre a vigência do regionalismo”. *Cultura e pensamento*, nº 3, 12/2007.
- 4] ———. “Uma reflexão sobre a formação regional”. In: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo; OLIVEIRA, Irenísia Torres (orgs.), *Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira*. São Paulo : Nankin, 2010, p. 189–203.

i Cássio TAVARES, Prof. Dr.

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás (FL – UFG)
cavares@gmail.com

ii Atuei no *campus* de Marabá entre 2007 e 2010.

iii Oportunamente publicarei os resultados completos do estudo em curso.

iv É claro que a posição culturalmente hegemônica das classes econômica e politicamente hegemônicas não exclui a efetiva manifestação de forças contra-hegemônicas nos processos de constituição da forma literária. É essa, aliás, a ideia implicada na referência a Candido: os dois gumes da literatura correspondem, genericamente, a seu comprometimento com processos opressivos de imposição cultural, de um lado, e, de outro, a sua capacidade de pôr em questão esses mesmos processos. Mas reconhecer os dois gumes da literatura corresponde também a reconhecer que ela internaliza a contradição social e a estrutura desta, que se manifesta inclusive na posição desigual dos estratos sociais perante a cultura literária — a partir daí não se pode mais positivar as unidades (nacional, regionais) da literatura como unidades politicamente neutras. Em suma, se a unidade da literatura nacional não é neutra, também não o é a unidade da literatura regional.

v Esclareço: a ideia não aparece somente no desabafo inicial que o autor cancela ao redirecionar a discussão para “o lado materialista da coisa” — ela aparece de novo, ainda que de modo mais discreto, quando ele propõe “incluir as produções todas” numa interpretação “mais inteligente”, que não leve em conta se as obras são do Centro ou da Província. É significativo que isso se dá na penúltima página do artigo, quando Fischer começa a tirar suas conclusões finais.

vi Em *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido começou a fazer essa associação entre a formação da literatura brasileira e a formação do Brasil, mas, pioneiro, o fez de modo ainda insuficiente, sobretudo se considerarmos as contradições internas e relações inter-regionais formadas nesse processo. O próprio Antonio Candido, em entrevista de 1980, aponta certo unilateralismo nessa sua descrição da gênese de nossa literatura: “Tentei intervir na polêmica sobre se uma obra é europeia ou americana. Entre nós, penso que esta questão é inteiramente secundária” (2002, p. 93).